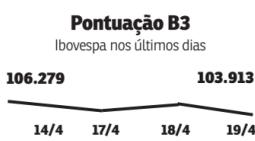
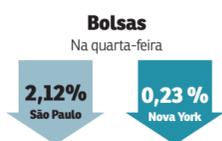




8 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 20 de abril de 2023



Na quarta-feira
R\$ 5,087
(+ 2,22%)

Dólar

	Últimos
13/abril	4,926
14/abril	4,915
17/abril	4,937
18/abril	4,976

Salário mínimo
R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda
na quarta-feira
R\$ 5.572

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71

GOVERNO

BC não garante corte imediato dos juros

Campos Neto elogia projeto do novo arcabouço fiscal, mas alerta que inflação está mais resistente do que o esperado

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, fez comentários positivos sobre o novo arcabouço fiscal, mas alertou que a nova âncora não garante um corte imediato na taxa básica de juros (Selic) e que a inflação vem caindo de forma mais lenta que o esperado. O chefe da autoridade monetária disse não ter lido em detalhe ainda o texto do projeto de lei da nova regra fiscal, entregue na véspera ao Congresso, mas avaliou que a proposta é “bastante razoável”.

“Acho que é uma boa indicação de que estamos avançando na direção correta. Remove o risco que vi em algumas projeções por aí, de que a dívida fosse para 100% (do PIB) muito rápido”, disse ontem, em reunião com investidores em Londres, organizada pelo European Economics & Financial Centre (EEFC).

A equipe econômica argumenta que o arcabouço fiscal e outras medidas adotadas pelo governo criariam condições para um corte da Selic. No entanto, Campos Neto jogou um balde de água fria na expectativa do governo, ao reiterar que a nova âncora fiscal não tem nenhuma “relação mecânica” com a condução da política monetária, que depende da evolução das expectativas de inflação. Ele disse ainda que é necessário observar como se dará a tramitação no Legislativo. “Estamos observando para ver os efeitos do que o governo apresentou”, declarou.

Mesmo com os juros em patamares altos, o presidente do BC avaliou que a inflação no Brasil tem caído de forma mais lenta do que o esperado e que a “batalha não foi vencida”. “Olhamos muitas coisas e cruzamos muitos dados. Mas a realidade é que a queda da inflação é mais lenta do que esperávamos, considerando o patamar da taxa real de juros no Brasil. O que nos diz que a batalha não foi vencida e temos que persistir”, afirmou.

Billy Boss/Câmara dos Deputados



A realidade é que a queda da inflação é mais lenta do que esperávamos, considerando o patamar da taxa real de juros no Brasil. O que nos diz que a batalha não foi vencida e temos que persistir”

Roberto Campos Neto,
presidente do Banco Central

A declaração sinaliza que não há indicativos para um corte dos juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), nos dias 2 e 3 de maio. O patamar elevado da taxa, atualmente em 13,75% ao ano, virou alvo de críticas recorrentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e um impasse entre o governo e a autoridade monetária.

A previsão, de acordo com Campos Neto, é de que a inflação volte a ganhar força no segundo semestre. Assim, o corte dos juros não se tornaria uma opção. A projeção do BC é de que a inflação geral deve ir a 3,5% em junho, e depois voltará a subir. As expectativas para 2024 e 2025 aumentaram quase 1% desde dezembro,

em parte devido ao pacote fiscal aprovado no fim do ano passado e ao fato de o governo falar em mudança da meta de inflação.

“Contaminação”

O presidente do BC considera que as projeções para os próximos anos estão melhores do que para 2023, mas ainda distantes das metas. Para ele, a inflação ainda está “contaminada” por medidas tomadas no período eleitoral, como a desoneração dos combustíveis. “O índice bruto de inflação está poluído pelas mudanças na tributação de gasolina, energia e gás. Quando olhamos para o cerne da inflação, está levemente abaixo dos 8%, o que

é muito alto. Precisamos de seis a 12 meses para amadurecer a tomada de decisão”, avaliou o presidente do BC, reforçando que as projeções acima da meta são “um sinal de alerta”.

O governo chegou a defender a alteração das metas de inflação, consideradas pelo presidente Lula como excessivamente baixas. Para este ano, a meta é de 3,25% e, para os dois anos seguintes, de 3%. Campos Neto considera que a elevação da meta geraria um risco altista para a inflação. “Nossa opinião é mais no lado de que o risco vai aumentar e, mesmo que não aumente muito, não significa que não tem custo num prazo mais longo. No prazo mais longo, você pode criar danos ao fazer isso”, disse.

Batalha no Congresso

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a base aliada vai trabalhar para dar celeridade à tramitação do projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal e preservar “a espinha dorsal” da proposta. “As linhas gerais precisam ser mantidas. O relator pode trazer as emendas, mas o fundamental é preservar a espinha dorsal, é muita responsabilidade”, afirmou.

O projeto, enviado pelo Poder Executivo ao Congresso na terça-feira, deve substituir o teto de gastos em vigor. O texto condiciona o aumento das despesas públicas a 70% do crescimento das receitas, mas define que os gastos terão alta real de 0,6% a 2,5% por ano. Algumas despesas do governo federal ficam de fora da regra e podem crescer acima do limite previsto.

O relator do projeto ainda não foi definido pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), mas o mais cotado é o deputado Cláudio Cajado (PP-BA). A proposta precisa de 257 votos favoráveis para avançar. Lira tem expectativa de votar a matéria até 10 de maio. Em seguida, a proposta vai ao Senado, onde depende da aprovação de 41 senadores.

Se depender dos oposicionistas, porém, a discussão será acirrada. O líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ), argumentou que a proposta não controla as despesas e que, na verdade, foi estabelecido um “piso de gastos”.

“Não é uma âncora fiscal, mas uma licença para gastar. O projeto atrela o gasto público ao crescimento da receita, com piso de 0,6%. O que tiver acima ainda pode ser gasto com investimento e isso não garante a sustentabilidade da dívida pública. Não temos alternativa a não ser votar contra”, argumentou.

Para economistas, novas regras podem enfraquecer controles

» ROSANA HESSEL

O projeto que estabelece novas regras fiscais em substituição ao teto de gastos não garante o comprometimento do governo com o equilíbrio das contas públicas, na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Correio**. Segundo a economista Monica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics (PIIE), think tank sediado em Washington, a proposta enfraquece a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois elimina uma importante ferramenta de punição dos governos quando eles começam a gastar mais do que o previsto no Orçamento: o contingenciamento de despesas.

“O parágrafo sexto do artigo 7º do projeto diz que o descumprimento da regra não constitui infração. Ao final, esse texto ainda

propõe substituir o artigo 9º da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da questão do contingenciamento. Ou seja, é um enfraquecimento, uma desfiguração da LRF”, lamentou a economista, em entrevista ao Blog do Vicente.

Monica de Bolle reforçou a crítica à falta de governança no novo arcabouço fiscal, que, segundo ela, corre o risco de ser descumprido logo na largada. “Se não tem governança, você precisa de mecanismos punitivos. Por isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal instituiu o contingenciamento”, acrescentou. Para ela, se a LRF fosse respeitada à risca, não haveria a necessidade do novo arcabouço, bastando um decreto presidencial determinando as metas de resultado primário (receitas menos despesas, sem contar juros).

O novo arcabouço também

não foi bem recebido por Alberto Ramos, economista-chefe da área de pesquisas do banco Goldman Sachs para a América Latina.

A nova regra limita o aumento de despesa a 70% do crescimento da receita, e tem uma meta de déficit zero em 2024 e de resultados positivos a partir de 2025. Na avaliação de Ramos, essa nova estrutura fiscal só vai conseguir estabilizar a dinâmica da dívida pública se houver um aumento substancial de impostos.

“O teto de gastos é uma regra que mantinha o crescimento da despesa primária do governo central constante em termos reais. Dado o novo conjunto de regras que regem e limitam o crescimento do gasto primário, acreditamos que a trajetória de resultado primário proposta pelo governo exigirá um aumento

significativo da já elevada carga tributária (com potenciais implicações negativas para o crescimento, investimento e inflação)”, alertou o economista em relatório aos investidores.

De acordo com Ramos, além disso, a trajetória de resultado primário (0,5% do PIB em 2025 e de 1% do PIB em 2026) não estabiliza a dinâmica da dívida pública.

Queda na Bolsa

Diante das incertezas em relação ao novo arcabouço e do receio de novas altas de juros nos Estados Unidos e na Europa, o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechou em queda de 2,12%, ontem, a 103.912 pontos. O dólar comercial, por sua vez, voltou a operar acima dos R\$ 5, engatando a terceira sessão de alta.

A moeda norte-americana terminou o dia com ganho de 2,22%, a R\$ 5,08.

“O mercado reagiu mal ao texto do arcabouço e, como o dia estava negativo no exterior, os agentes do mercado ficaram um pouco mais ressabiados”, destacou Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos. Também pesaram no ânimo dos investidores as declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que a inflação está resistente, indicando que os juros permanecerão altos por mais tempo.

Cruz ressaltou que uma das principais críticas ao arcabouço é a falta de medidas críveis para que a nova regra seja cumprida com eficácia, apesar de haver pontos positivos, como o fato de as receitas usadas para a base de cálculo do crescimento das

despesas não serem infladas com arrecadações extraordinárias, como dividendos e privatizações. “O arcabouço não é tão rígido quanto o esperado e um dos pontos criticados é o fato de o enforcement ser muito baixo”, disse.

Segundo o economista Rodrigo Correa, estrategista-chefe e sócio da Nomos, o intervalo de crescimento real das despesas é o mecanismo mais problemático do novo arcabouço fiscal. “Mesmo em anos de queda da arrecadação, estaremos com o pé no acelerador nos gastos do governo que poderão crescer 0,6% acima da inflação. Em uma recessão grave, isso vai piorar o equilíbrio orçamentário e nos fará demorar muito mais tempo para voltar ao equilíbrio, aumentando em tais anos o endividamento do país”, afirmou. **(Colaborou Rafaela Gonçalves)**